

# META 29

100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.

## OBJETIVO DA META

Garantir que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos espaços culturais, seus acervos e atividades. A acessibilidade é uma das questões centrais para a qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania pelas pessoas com deficiência.

Nº DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS COM ACESSIBILIDADE	LINHA BASE (2010)	PREVISTO (2024)	REALIZADO (2022)
Museus	761 (20%)	3868 (100%)	1520 (39%)
Cinemas	2206	3356 (100%)	3415 (102%)
Arquivos Públicos	sem informação	sem informação	sem informação
Teatros	sem informação	sem informação	sem informação
Bibliotecas Públicas	428 (7%)	5914 (100%)	525 (9%)
Centros Culturais	sem informação	1738 (100%)	272* (16%)

\* Aqui estão contabilizados apenas os CEUs, porque foram os centros culturais com viabilidade de aferir informações.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.

## EXECUÇÃO



compartilhada com os entes federados.

## DESEMPENHO

# 26%

da meta cumprida.



### CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

**Não**, pois não possuímos meios adequados para aferir o indicador.

A meta tem o objetivo de garantir o cumprimento da Lei nº 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade).

Entretanto, o Ministério da Cultura (MinC) e suas instituições vinculadas não possuem meios adequados para aferi-la.

As informações disponíveis sobre o cumprimento dessa meta dizem respeito aos museus e as bibliotecas públicas, mas, ainda assim, não está evidente quais os requisitos legais de acessibilidade são atendidos (ou não) por esses equipamentos culturais.

### PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.24 ; 3.11 ; 3.13 ; 3.18 ; 3.19.

### EM QUAL EIXO DA 4ª CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

**Eixo 4** Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural.



### PARA REFLETIR

Nos últimos anos foram fechadas cerca de mil bibliotecas no Brasil, o que impacta o acesso e a acessibilidade das populações que antes contavam com este tipo de equipamento cultural. Além disso, boa parte das bibliotecas brasileiras ainda são uma espécie de “depósito de livros”, sem projetos e estrutura de acessibilidade. É uma questão urgente a transformação dessas bibliotecas em centros culturais inclusivos para todos os públicos.





## PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 →

Projeto de Estruturação de Museus: visava, entre diversas ações, a concepção e execução de Plano Diretor de Acessibilidade Física e Linguística nas 30 unidades museológicas vinculadas ao Instituto Brasileiro de Museus.

2013 →

Publicação do 2º volume da série Cadernos Museológicos, com o tema **Acessibilidade a Museus**. A publicação foi uma contribuição para a adaptação das práticas das instituições e dos espaços museais brasileiros de forma a torná-los acessíveis a todos;

Lançamento dos editais de acessibilidade para: i. fomento, produção, difusão e distribuição de livros em formato acessível; ii. ampliação e qualificação da acessibilidade em 10 bibliotecas públicas;

Os Ministérios da Cultura (MinC) e dos Direitos Humanos deram início às discussões para a ratificação do Tratado de Marrakech. O acordo permitiu que obras em Braille, Daisy ou audiobook pudessem ser distribuídas e publicadas sem a autorização do titular de direitos autorais das obras;

O MinC e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) constituíram Grupo de Trabalho Interministerial de Acessibilidade, com objetivo de propor as bases para uma Política de Acessibilidade Cultural no âmbito do Sistema Nacional de Cultura;

Realizada audiência pública de lançamento da Campanha Teatro Acessível: Arte, Prazer e Direitos.

2014 →

Primeiro curso de Especialização em Acessibilidade Cultural, ministrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com o MinC;

Encontro Ibero-americano de Mobilidade e Acessibilidade como resultado de um acordo de cooperação técnica entre o Iphan e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e que contou com o apoio do Governo do Estado da Bahia;

Parceria com o British Council, que articulou uma oportunidade de estágio sobre acessibilidade cultural em duas instituições do Reino Unido;

Pesquisa Nacional de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas para a realização de um diagnóstico sobre quais bibliotecas públicas atendem aos requisitos legais de acessibilidade;

Reuniões do grupo de trabalho interministerial com integrantes do MinC e da a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência com o objetivo de construção conjunta das bases de uma política nacional de acessibilidade na Cultura.

2015 →

Modernização e implementação do Setor Braille em 53 Bibliotecas Públicas do Ceará;

Projeto de Acessibilidade Cultural: rede de articulação, fomento e formação em acessibilidade cultural, o qual buscou produzir em diversos formatos e mídias (livros, vídeos, CDs, DVDs) com conteúdos culturais, como, publicações de planos de cultura, planos setoriais, leis, editais e informações públicas de forma acessível e adaptada às singularidades e especificidades da diversidade das expressões culturais;

GT acessibilidade cultural, que buscou definir os critérios mínimos de acessibilidade para os equipamentos culturais, entre outras providências.

## 2016 →

Seminário Internacional de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas;

Lançamento de 25 livros acessíveis como parte do projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas. O projeto prevê o envio de 300 títulos acessíveis a 10 bibliotecas públicas (duas em cada região do país), incluindo as recém-lançadas, e 275 obras que já estavam disponíveis no mercado;

Alteração do art. 23 do Decreto nº 5.296/2004, que trata sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares conforme o art. 44 da Lei nº 13.146/2015 – que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;

Seminário Autonomia e Direitos para Todos, em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e lançamento do primeiro livro brasileiro em múltiplos formatos, oriundo do projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas;

A Ancine publicou a Instrução Normativa nº. 128/2016 que estabelece prazos para a adaptação das salas à acessibilidade comunicacional. A SAV produziu o guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, lançado no Seminário de Tradução Audiovisual e Acessibilidade. A publicação, realizada por 14 colaboradores, trouxe orientações das técnicas de acessibilidade. Além de detalhar formas para realizar a audiodescrição, a brochura trata da janela de interpretação de língua de sinais e da legendagem para surdos e mudos;

Entrou em vigor o Tratado de Marraqueche, que facilita o acesso a obras publicadas para pessoas cegas. A proposta do texto foi de autoria do Brasil, em parceria com Paraguai e Equador.

## 2017 →

5ª edição do Prêmio Culturas Populares que premiou 8 (oito) iniciativas que previam produtos e serviços direcionados às pessoas com deficiência;

Curso Acessibilidade Cultural, realizado pela SAV, com o objetivo de aprimorar os conhecimentos técnicos sobre as modalidades de acessibilidade audiovisual, possibilitando maior eficiência dos servidores que trabalham com a análise de Projetos Culturais;

V ENAC – Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural, que contou com a participação de 239 pessoas;

Estágio Internacional do programa Iberbibliotecas, com o tema: Acessibilidade, Diversidade e Inclusão em Bibliotecas Públicas;

53 bibliotecas contempladas por meio de convênio que visa à acessibilização de bibliotecas públicas no estado do Ceará. Conveniamento com a Biblioteca Pública de Ceilândia/DF, para modernização de equipamentos e acessibilidade.

## 2018 →

Cotas para as pessoas com deficiência no Edital de Culturas Populares que elegeu iniciativas para retomar, promover e difundir a diversidade cultural, como o Cordel, a Quadrilha, o Maracatu, o Jongo, o Cortejo de Afoxé, o Bumba-Meu-Boi e o Boi de Mamão, entre outros. Foram destinados 20 prêmios, tendo sido contemplados 3 (três) prêmios para grupos/comunidades e 8 (oito) prêmios para a categoria de pessoa jurídica, cujas iniciativas, produtos e serviços são direcionados às pessoas com deficiência;

VI ENAC – Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural. Nesta edição, foi ampliado o olhar sobre diferentes iniciativas de acessibilidade cultural, tendo sido lançada a chamada de apresentação para trabalhos científicos que retrataram a promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência;

Encontro em Acessibilidade Audiovisual. O encontro é parte do Plano de Acessibilidade Audiovisual da Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul (Recam) para pessoas cegas e surdas e tem o objetivo de gerar reflexão e intercâmbio de ideias e boas práticas sobre o tema;

Projeto Biblioteca Acessível que auxilia portadores de deficiência visual e idosos na realização de pesquisas nos acervos físico e digital da Biblioteca – com ampliadores de textos eletrônicos, leitores de livros autônomos, linhas Braille, folheadores automáticos de livros, teclados e mouses especiais, impressoras Braille e programas para leitura de textos que fazem reconhecimento de voz.



- 2019** → Realização da 3ª edição do Curso de Especialização *latu sensu* em Acessibilidade Cultural, realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 2020** → Concessão de 25 prêmios pelo Prêmio Festival Funarte Acessibilidança Virtual 2020, iniciativa destinada a valorizar e fortalecer a expressão da dança brasileira, assim como possibilitar a sua democratização, inclusão e acessibilidade.
- 2021** → Promoção do curso de Acessibilidade Cultural para orientar os profissionais da Funarte sobre ambiente e comunicação inclusivos;  
A Funarte, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ), realizou o curso on-line Dança + Educação + Acessibilidade;  
Aprovação de linha de crédito para cofinanciamento de investimentos de empresas brasileiras da cadeia do audiovisual visando a implementação de soluções de inovação, acessibilidade/ou desenvolvimento ou aquisição de ferramentas de atualização tecnológica.
- 2022** → Edição da Instrução Normativa n.º 165, de 29 de setembro de 2022, que dispõe sobre normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva, a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica;  
Em 2022, existiam 3.415 salas de cinema do circuito comercial com espaços para cadeirantes nos termos do artigo 12 da Lei Nº10.098, de 2000, 812 complexos com programação regular e/ ou sistema de apoio para as pessoas com deficiência auditiva.

## RETOMADA MINC 2023

Houve a universalização do acesso das pessoas com deficiência visual ou auditiva aos filmes exibidos em salas de cinema brasileiras, conforme o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Graças à inovação e à ampliação das soluções possíveis, atualmente 100% do parque exibidor brasileiro encontra-se acessível às pessoas com deficiência.

Na LPG todos os projetos devem prever medidas de acessibilidade, sendo indicado um mínimo de 10% dos recursos para esse fim.